

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

THE HISTORICAL TRAJECTORY OF PUBLIC POLICIES PROPOSALS FOR INTEGRATING VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION WITH BASIC GENERAL EDUCATION

LA TRAYECTORIA HISTÓRICA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PROPUESTAS PARA INTEGRACIÓN DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA CON LA EDUCACIÓN GENERAL BÁSICA

Claudio Marques da Silva

E-mail: academico_uab-ufmt@hotmail.com

Ronan Marcelo Martins

E-mail: ronan.martins@ifmt.edu.br

ABSTRACT:

This work was produced for the course Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education, part of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education. It presents a comprehensive analysis of the historical trajectory of public policies regarding professional and technological education in Brazil, focusing on its provision alongside high school education and basic general education. The research discusses, in detail, the challenges faced and the progress achieved in linking general education and technical training, highlighting the legal frameworks and socio-environmental contexts that have been fundamental in building this trajectory. The central objective of this study is to describe the historical trajectory and implementation processes of public policy proposals for vocational and technological education, which are interconnected with regular secondary education, offering a descriptive map that contextualizes, temporally and spatially, the legal frameworks and theoretical debates that influenced the relationship between basic general education and professional qualification. The research methodology adopted is qualitative in nature, descriptive in character, and uses bibliographic research as a tool to achieve the proposed objectives. The research results reveal that the trajectory of curricular integration, from the earliest initiatives to the recent political milestones in education, reflects the tension between economic and social demands and the need for civic education. This study, therefore, contributes significantly to the research agenda on education, addressing the curricular integration between regular education and vocational technical training within the context of secondary education.

KEYWORDS: integrated curriculum, professional education, public policies

RESUMO:

O presente trabalho é produção da disciplina de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, do mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Realiza uma análise abrangente da trajetória histórica das políticas públicas na educação profissional e tecnológica no Brasil, com foco na sua oferta conjuntamente ao ensino médio e a formação geral básica. A pesquisa discute, de forma detalhada, os desafios enfrentados e os avanços alcançados na articulação entre a formação geral e a formação técnica, ressaltando os marcos legais e contextos socioambientais, que têm sido fundamentais na construção dessa trajetória. O objetivo central deste estudo é descrever a trajetória histórica e os processos de implementação das propostas de políticas públicas de educação profissional e tecnológica, que estão interligadas ao ensino médio regular, oferecendo um mapa descritivo que contextualiza, temporal e espacialmente os marcos legais e os debates teóricos que influenciaram a relação entre a formação geral básica e a qualificação profissional. A metodologia da pesquisa adotada é de natureza qualitativa, de característica descritiva e faz uso da pesquisa bibliográfica como ferramenta para alcançar os objetivos propostos. Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória de integração curricular, desde as primeiras iniciativas se estende até os recentes marcos políticos da educação, reflete o tensionamento entre as demandas econômicas, sociais e a necessidade de formação cidadã. Este estudo, portanto, contribui significativamente para a agenda de pesquisas sobre educação, abordando a integração curricular entre o ensino regular e a formação técnica profissional no âmbito do ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE: currículo integrado, educação profissional, políticas públicas.

RESUMEN:

Este trabajo se elaboró para la asignatura Organización y Memorias de los Espacios Pedagógicos en la Educación Profesional y Tecnológica, integrada en el Programa de Maestría Profesional en Educación Profesional y Tecnológica. Presenta un análisis exhaustivo de la trayectoria histórica de las políticas públicas relativas a la educación profesional y tecnológica en Brasil, centrándose en su oferta junto a la educación secundaria y la educación básica general. La investigación analiza, en detalle, los desafíos enfrentados y los avances alcanzados en la vinculación de la educación general y la formación técnica, destacando los marcos legales y los contextos socioambientales que han sido fundamentales en la construcción de esta trayectoria. El objetivo central de este estudio es describir la trayectoria histórica y los procesos de implementación de propuestas de políticas públicas para la educación profesional y tecnológica, las cuales se interconectan con la educación secundaria regular, ofreciendo un mapa descriptivo que contextualiza, temporal y espacialmente, los marcos legales y debates teóricos que influenciaron la relación entre la educación general básica y la cualificación profesional. La metodología de investigación adoptada es de carácter cualitativo, descriptivo y utiliza la investigación bibliográfica como herramienta para alcanzar los objetivos propuestos. Los resultados de la investigación revelan que la trayectoria de la integración curricular, desde las primeras iniciativas hasta los recientes hitos políticos en educación, refleja la tensión entre las demandas económicas y sociales y la necesidad de educación cívica. Este estudio, por tanto, contribuye significativamente a la agenda de investigación en educación, abordando la integración curricular entre la educación regular y la formación técnico profesional en el contexto de la educación secundaria.

PALABRAS CLAVE: currículo integrado, formación profesional y políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, desde o início de sua trajetória, tem revelado um cenário repleto de conflitos e desafios, configurando-se como um campo de disputas de poder. Em diversas ocasiões, a educação foi utilizada como um instrumento de segregação, contribuindo para a demarcação de fronteiras e limites entre as classes sociais, servindo como uma confirmação do poder estabelecido (Ribeiro, 1992). Atualmente, a educação se apresenta como um espaço de lutas e disputas pela liberdade humana e social, conforme destacado por Freire (2019).

Nesse contexto, observa-se que existem diversos desafios a serem enfrentados na implementação das modalidades de ensino, entre os quais se destaca a necessidade de integração entre a formação geral básica e a educação profissional e tecnológica (EPT) (Ramos, 2008). A EPT no Brasil tem se estruturado ao longo de mais de um século, refletindo as mudanças políticas, econômicas e sociais que marcaram o país. Compreender esse processo histórico é fundamental

para a análise dos desafios contemporâneos na implementação de cursos técnicos de nível médio, que busquem articular de maneira eficaz a formação profissional com a formação geral básica.

A articulação entre a formação técnica profissional e a formação geral básica no ensino médio, concebida como uma política pública no Brasil, é o resultado de um extenso e complexo processo histórico. Este percurso evidencia a construção progressiva de marcos legais que visaram conciliar competências voltadas tanto para o trabalho quanto para a cidadania.

O presente trabalho tem como objetivo central descrever a trajetória histórica e os processos de implementação das propostas de políticas públicas relacionadas à educação profissional e tecnológica, que estão interligadas ao ensino médio, proporcionando um mapa descritivo que contextualiza os marcos legais que influenciaram a relação entre a formação geral básica e a EPT. Adicionalmente, o artigo visa estudar os desafios enfrentados para a efetiva integração entre a formação geral básica e a formação técnica profissional, considerando as diretrizes curriculares vigentes, especialmente aqueles referentes ao novo ensino médio incluídas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017). O texto é produção da disciplina de Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT, do mestrado ProfEPT.

O presente texto está estruturado em seções distintas, cada uma com um propósito específico. Na primeira seção, é apresentada a introdução, que contextualiza o tema em questão e delinea os objetivos da pesquisa; a segunda seção descreve a metodologia científica adotada. A terceira seção é dedicada ao desenvolvimento teórico da pesquisa, onde se fundamenta a análise textual, evidenciando as principais normas legais que regem as políticas públicas implementadas no âmbito da educação básica. Essa seção enfatiza as diretrizes voltadas para o ensino médio, que integra a formação geral básica e a formação técnico-profissional, e inclui uma análise concisa das políticas implementadas, organizadas em cinco subseções. A quarta seção apresenta a discussão e os resultados provenientes da pesquisa. Por fim, a quinta e última seção é reservada às considerações finais, onde sintetizam os principais achados e reflexões resultantes da pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa adotada é de natureza qualitativa, de característica descritiva e faz uso da pesquisa bibliográfica como ferramenta para alcançar os objetivos propostos (Gil, 2017). Esta abordagem consiste na análise minuciosa dos dispositivos legais que tratam das políticas públicas voltadas para a educação, examinando seus efeitos, causas e consequências, tanto no que se refere à formação geral básica quanto à sua inter-relação com a EPT no ensino médio.

Para a realização deste trabalho, foram conduzidas pesquisas detalhadas em busca de legislações pertinentes, incluindo leis, decretos e decretos-lei, além de pareceres e resoluções, nos repositórios de instituições como o Governo Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, bem como o Ministério da Educação. O foco recaiu sobre os instrumentos legais que regulamentam as políticas públicas relacionadas à EPT, destacando-se, entre os principais, as Constituições Federais, as leis de diretrizes e bases da educação, entre outros documentos relevantes.

Para complementar a bibliografia e fundamentar o texto, foram selecionados autores que publicaram livros e artigos abordando o contexto da educação básica, profissional e tecnológica. Essas obras e artigos fazem parte da pesquisa científica do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), na linha de pesquisa "Organizações e Memórias da EPT". Os livros tratam da história das políticas públicas e da organização da educação e da EPT. Parte dos artigos selecionados compõem o material da disciplina de Políticas Públicas para EPT, enquanto outros foram buscados na plataforma Google Acadêmico, utilizando os descritores "História da educação", "História da educação profissional e tecnológica", "políticas públicas para a educação" e "políticas públicas para educação profissional e tecnológica". A partir da leitura flutuante, foram selecionados os textos que possuem interrelação com a pesquisa.

A proposta contempla a contextualização do campo da educação como um espaço de lutas, disputas, conflitos e desafios, visando à implementação de uma educação de qualidade que funcione como um ambiente propício à transformação social.

A partir da demonstração das propostas de políticas públicas implementadas ao longo do tempo na área da educação e da EPT no cenário nacional, buscou-se descrever, no período analisado, como as propostas políticas adotadas dialogavam com o contexto social do momento. Sendo assim, tratou-se de apresentar as políticas públicas implementadas e contextualizar sua conexão com a formação técnica profissional. As análises foram realizadas a partir das ideias centrais propostas nos textos legais, bem como do pensamento crítico e da avaliação dos autores em relação às normas implantadas, demonstrando os impactos e influências das propostas no contexto social e no cenário educacional.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme Ribeiro (1992), a autora oferece uma análise abrangente da evolução do sistema educacional no Brasil, explorando as diversas influências sociais, culturais e políticas que impulsionaram esse fenômeno. Em sua obra, ela se empenha em demonstrar o processo histórico da educação no território brasileiro, apresentando os aspectos técnicos que fundamentaram sua construção. Nesse mesmo contexto, a pesquisa proporciona a compreensão das políticas públicas, com especial ênfase na educação profissional, implementadas no período que motivou sua adoção. Além disso, o estudo abrange todas as propostas formuladas no início do século XX, bem como aquelas que estão atualmente em vigor.

A análise das políticas públicas de educação profissional propostas para o ensino médio adquire maior profundidade quando sustentada por marcos teóricos consolidados. A abordagem do ciclo de políticas, conforme proposta por Mainardes (2006), possibilita uma compreensão detalhada de cada fase — formulação, implementação e avaliação — como resultado de coalizões políticas, recursos institucionais e disputas sociais. Por sua vez, a sociologia das políticas, conforme discutida por Bowe, Ball e Gold (2017), enfatiza como documentos legais, textos de lei e prescrições curriculares circulam e moldam as práticas escolares, sendo, ao mesmo tempo, reinterpretados por professores e gestores em contextos diversos. Essas perspectivas críticas revelam que, mais do que uma mera sucessão cronológica de normas, a institucionalização dessa modalidade reflete, de fato, os embates entre diferentes visões de mundo, interesses econômicos e projetos pedagógicos.

Primeiras Iniciativas (1909–1946)

A educação no Brasil possui raízes profundamente ligadas ao período da colonização. Com a chegada dos colonizadores portugueses, os Jesuítas implementaram a educação como um meio de consolidar seu poder. Nesse contexto, iniciaram-se as primeiras experiências educacionais voltadas para o trabalho, onde “filhos de desvalidos, incluindo índios, negros e mestiços, eram submetidos à aprendizagem por meio de técnicas rudimentares do trabalho manual”, adequadas à formação de mão de obra para diversas atividades laborais (Ribeiro, 1992, p. 25). Desde a colonização até a Proclamação da República foram desenvolvidos modelos e métodos de ensino diversificados por grupos atuantes na área (Ribeiro, 1992).

Com a Proclamação da República, surgiram as primeiras políticas públicas formais voltadas para a educação profissional, resultando na criação de dispositivos legais que regulamentaram o ensino profissionalizante em todo o país. Um marco importante ocorreu em 23 de setembro de 1909, com a promulgação do Decreto nº 7.566, que estabeleceu as “Escolas de Aprendizizes Artífices” para o ensino profissional primário e gratuito nas capitais dos estados. Essa

iniciativa visava capacitar os filhos dos menos favorecidos economicamente, proporcionando-lhes o preparo técnico e intelectual necessário, além de afastá-los da “ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909). Essa legislação representa um passo crucial na evolução da educação profissional no Brasil, refletindo um compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento humano.

A criação dessas escolas, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, constituiu o primeiro esforço federal voltado à oferta gratuita de capacitação técnica, associada a uma formação básica elementar. É importante ressaltar que essa iniciativa foi organizada na forma de externato, o que a tornava separada dos currículos do ensino primário regular (Brasil, 1909).

Posteriormente, a União promulgou o Decreto-Lei nº 4.048, de 1942, que estabeleceu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Este decreto conferiu à Confederação Nacional da Indústria a responsabilidade pela organização de escolas de aprendizagem em todo o território nacional. Para viabilizar o desenvolvimento dessas políticas, foi instituída a contribuição financeira dos estabelecimentos industriais, que se tornou um mecanismo essencial para subsidiar a educação técnica. Os recursos arrecadados deveriam ser aplicados regionalmente em despesas relacionadas ao custeio e à expansão das escolas de educação profissional e industrial (Brasil, 1942a).

Destaque para o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, que estabeleceu as bases para a organização do ensino industrial, regularizando a oferta de cursos de preparação industrial oferecidos pelas instituições de ensino vinculadas ao setor produtivo (Brasil, 1942b). Essa norma, mesmo regulamentando o ensino técnico industrial, inferiu em uma lacuna entre a formação geral básica e a EPT, trazendo em seu bojo a dualidade na oferta dos itinerários formativos.

Pouco tempo depois, em 1946, foi implementado o Decreto-Lei nº 8.621, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Essa medida ampliou a lógica de aprendizagem, abrangendo não apenas a indústria, mas também o comércio. Ambas as iniciativas se consolidaram durante a Era Vargas, caracterizando uma parceria entre o Estado e os setores produtivos na oferta de ensino técnico, ainda que desvinculada de uma matriz única de currículo geral básico (Brasil, 1946b).

As políticas públicas direcionadas à EPT representam um esforço significativo da Federação para estruturar o setor de aprendizagem profissional de forma gratuita. O principal objetivo é a formação de uma força de trabalho qualificada, apta a responder às transformações

industriais e sociais do período, especialmente em um contexto de expansão do setor industrial e comercial brasileiro.

Segundo Fernandes (1976), eventos como a abolição da escravidão e a Proclamação da República foram fundamentais para a consolidação da revolução burguesa no Brasil em 1930, que ocorreu em paralelo à revolução industrial nacional, evidenciando a necessidade de preparar o trabalhador para o mercado. Assis e Medeiros (2015) descrevem a educação profissional no Brasil como uma trajetória marcada por momentos de expansão, especialmente através das instituições de ensino técnico profissional privadas ligadas ao setor produtivo ou escolas técnicas federais, intercalados por períodos de crise.

Durante o regime militar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024/61 e a Lei 5.692/71 refletiram uma lógica desenvolvimentista, mas impuseram uma separação entre o ensino médio propedêutico e o técnico. Somente com a revogação do Decreto 2.208/97 e a promulgação do Decreto 5.154/2004, surgiu uma proposta inovadora de ensino médio integrado, promovendo uma formação mais coesa e abrangente para os estudantes.

Organização e Consolidação (1946–1988)

Com ênfase nas primeiras medidas legais voltadas para a implementação do ensino técnico e profissionalizante na educação nacional, rapidamente se tornou evidente a necessidade de estabelecer sistemas organizacionais que consolidassem essa área do conhecimento. Nesse sentido, em um segundo momento, o período de desenvolvimento e industrialização do país demandou que as normas educacionais adquirissem uma amplitude maior, visando à organização institucional entre os diferentes entes federativos e à obrigatoriedade de investimento na educação. Embora as garantias para a educação profissional não tenham sido inicialmente observadas, a crescente demanda por atenção a esse tema se manifestou por meio de legislações que instituíram a educação profissional como uma modalidade de ensino interligada à educação básica.

Sob essa perspectiva, a Constituição Federal de 1946 conferiu à União a competência para "legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional" (Brasil, 1946a). Dessa forma, a República assumiu a responsabilidade de criar normas que garantissem a implementação e a manutenção da educação. Contudo, as políticas de educação profissional continuavam a ser fragmentadas, dispersas entre instituições como as integradas ao setor produtivo e diversas iniciativas estaduais. Nesse contexto, destacam-se as políticas públicas estabelecidas durante o

período de transformação do cenário socioeconômico nacional, que buscavam integrar e fortalecer a educação profissional no país.

A Constituição Federal de 1967, elaborada durante o regime militar, manteve a educação como um direito essencial, mas dentro de um contexto centralizador e autoritário (Brasil, 1967). As reformas educacionais desse período tinham um forte viés tecnocrático e priorizavam a formação voltada para o desenvolvimento econômico, especialmente por meio do ensino técnico e profissionalizante (Vieira, 2007). Hoje, existe um grande esforço para integrar educação e o mundo do trabalho, garantindo que os estudantes tenham acesso à formação integral e qualificada para atender às demandas sociais e econômicas (Correia *et al.*, 2020).

Houve também restrições às liberdades acadêmicas e políticas dentro das universidades durante um período significativo da história brasileira, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando o país foi marcado pela imposição do regime empresarial-militar. Segundo Ciavatta (2023), nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a educação profissional foram profundamente moldadas pelo processo de industrialização que o Brasil vivenciava. Este período, notoriamente caracterizado pelo chamado "milagre econômico" entre 1968 e 1973, gerou uma demanda crescente por trabalhadores qualificados, o que, por sua vez, elevou a relevância da educação profissional no país.

Apesar da introdução da profissionalização compulsória, a efetividade dessa medida foi limitada, especialmente nas instituições de ensino privadas. A promulgação da Lei 5.692/71, que tornou obrigatória a formação profissionalizante no ensino secundário, enfrentou desafios significativos em sua implementação, não conseguindo atender de maneira adequada às necessidades formativas dos jovens, em particular aqueles oriundos das classes sociais mais baixas (Assis; Medeiros Neta, 2015). A referida lei estabeleceu as primeiras Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus, reconhecendo a educação profissional como um componente essencial do ensino médio e criando oportunidades para a oferta de cursos técnicos com franquias de tempo especial. No entanto, a legislação não definiu de forma clara como integrar os conteúdos técnico-profissionais ao currículo geral (Brasil, 1971). Essa lacuna na legislação seria posteriormente abordada com a evolução das normas que regulamentam a educação profissional de nível médio.

Com a promulgação da Lei nº 6.545/78, foram instituídos os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o que representou um marco na institucionalização de escolas técnicas de nível médio, diretamente vinculadas ao Ministério da Educação. Esse novo modelo educacional favoreceu a aproximação entre a formação geral básica e a educação técnica

profissional de nível médio, embora ainda permanecessem segmentados em eixos profissionais específicos (Brasil, 1978).

Em decorrência da criação dos CEFETs, diversas unidades de ensino técnico subordinadas à União mobilizaram-se com o objetivo de tornarem-se instituições independentes. Este movimento culminou, a partir desse marco, no processo de Cefetização, que foi formalmente instituído pela Lei nº 8.948/94, resultando na criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SNET) (Brasil, 1994).

Conforme argumenta Ciavatta (2023), a promulgação da Constituição de 1988 consagrou a educação como um “direito de todos e dever do Estado”, estabelecendo seu ensino como um “processo de aprendizagem para o trabalho e para a cidadania” (Brasil, 1988). Embora essa constituição tenha ampliado o conceito de educação profissional, a sistematização curricular só se concretizaria na década seguinte. A transição para a democratização do Estado brasileiro, iniciada com a promulgação da Constituição de 1988, gerou uma mobilização social significativa para assegurar o direito à educação pública, laica, democrática, gratuita e de qualidade. Essa discussão continuou a evoluir com a LDB, Lei nº 9.394/96, que estabeleceu a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio (Assis; Medeiros Neta, 2015; Brasil, 1996).

Desde meados do século XX, a relação entre o Estado e a sociedade civil no campo educacional tem oscilado entre modelos desenvolvimentistas e neoliberais. Alves e Silva (2017) demonstram que a promoção de uma educação básica de qualidade depende não apenas de marcos legais, mas também de mecanismos de financiamento robustos — como os fundos geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) — e de uma avaliação contínua das ações implementadas no território escolar. Nesse contexto, a inserção da formação técnico-profissional no ensino médio deve ser analisada não apenas como um rearranjo de disciplinas, mas como parte de um projeto mais abrangente que visa fortalecer a escola pública, combater as desigualdades regionais e articular-se com as demandas do mundo do trabalho.

Estruturação da Educação Profissional e Tecnológica (1994–2008)

A partir da década de 1990 e do início do século XXI, inicia-se um período de significativa evolução nas políticas públicas voltadas para a EPT. Este período é caracterizado por constantes transformações, refletindo as dinâmicas políticas e socioeconômicas que permeiam o ensino técnico profissional. Assim, essa área se torna um campo de lutas, disputas e superações, enfrentando, em determinados momentos, desafios que exigem resiliência, enquanto,

em outros, surgem oportunidades que promovem avanços, embora também haja retrocessos (Ciavatta, 2023).

A promulgação da Lei nº 8.948, em 1994, teve um papel crucial ao ampliar os mecanismos de articulação entre as diversas instituições de formação profissional, tanto públicas quanto privadas, estabelecendo o SNET (Brasil, 1994). Este dispositivo legal não apenas dimensionou a educação em nível profissionalizante, mas também destacou a importância da institucionalização da educação para o trabalho, enfatizando um novo processo que possibilitou a articulação das bases curriculares da educação em nível médio.

Para a consolidação da EPT, em consonância com os preceitos da Constituição Federal de 1988, foi editada a Lei nº 9.394, de 1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), vigente, porém continuamente sujeita às lutas e disputas de poder sobre a educação, incluindo a EPT. Esta lei, em seu artigo 36, § 2º, definiu as modalidades de educação profissional técnica de nível médio como parte integrante do ensino médio, estabelecendo três formas de oferta: concomitante, subsequente e integrada (Brasil, 1996). Com a consolidação dessa norma legal, diversas políticas passaram a observar as diretrizes estabelecidas, promovendo a oferta e a implementação do ensino técnico profissionalizante de maneira mais estruturada e eficaz.

A principal expressão do uso da educação profissional como um instrumento de poder foi claramente evidenciada com a publicação do Decreto nº 2.208, em 1997. Os termos contidos nesse decreto não apresentavam compatibilidade com a Constituição Federal, uma vez que legitimamente buscavam desvincular a educação profissional do ensino regular, o que impedia a integração do currículo entre as diferentes modalidades educacionais disponíveis (Brasil, 1997). O período que se estendeu do final do século XX até o início do século XXI foi marcado por desafios significativos e superações notáveis. Essa fase culminou com a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou as modalidades de educação profissional, detalhando a organização curricular do curso integrado. Este curso é estruturado de forma a contemplar 25% da carga horária dedicada à formação geral e 75% voltada à qualificação técnica, tudo articulado em um projeto pedagógico único (Brasil, 2004).

Atualmente, os avanços no ensino técnico profissionalizante são evidenciados por uma diversidade de políticas públicas que visam promover a qualificação e a preparação para o mundo do trabalho de servidores e profissionais em diversas etapas de suas carreiras acadêmicas e profissionais. Nesse contexto, o Decreto nº 5.840/2006 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de

Jovens e Adultos (PROEJA) (MEC, 2007). Este programa reforça o conceito de currículo integrado, especialmente voltado àqueles que não concluíram o ensino médio na idade regular (Brasil, 2006).

As estratégias de políticas públicas voltadas para a expansão do ensino técnico profissionalizante na educação de jovens e adultos (EJA) foram significativamente ampliadas com a promulgação da Lei nº 11.741 de 2008. Essa legislação introduziu dispositivos na LDB com o intuito de “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da EJA e da EPT” (Brasil, 2008a). Tal iniciativa reflete uma preocupação evidente em atender à demanda socioeconômica, tanto na qualificação de profissionais quanto na formação humana e social.

O PROEJA, instituído em 2006, teve como objetivo principal articular a educação de jovens e adultos ao ensino técnico de nível médio. No entanto, conforme apontado por Carmo, Amorim e Remédios (2020), as taxas de evasão nessa modalidade permanecem alarmantemente elevadas. Essa situação é atribuída, em grande parte, a problemas estruturais, como a precariedade da infraestrutura, a falta de formação específica para os professores e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em conciliar suas jornadas de trabalho com os horários das aulas.

Esses indicadores evidenciam que a efetivação da integralidade curricular depende, fundamentalmente, da implementação de políticas transversais de assistência, que incluem transporte, alimentação e apoio psicopedagógico, além da necessidade de formação continuada para o corpo docente. Portanto, é imperativo que se desenvolvam estratégias abrangentes que garantam não apenas a oferta de educação, mas também o suporte necessário para que os alunos possam concluir seus estudos com sucesso.

Ampliação e Acesso (2008–2011)

No início dos anos 2000, um período de crescente valorização e visibilidade da EPT se destacou pela estruturação do ensino técnico. Durante essa fase, foram implementados dispositivos que consolidaram o ensino técnico, promovendo uma aproximação mais significativa com a formação geral básica. Um marco importante desse processo foi a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, resultando na criação dos Institutos Federais (IFs). Esses institutos passaram a oferecer, em regime de tempo integral, cursos técnicos integrados ao ensino médio, contando com infraestrutura adequada e um corpo docente qualificado (Brasil, 2008b).

Os IFs, conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008, emergiram como verdadeiros laboratórios de integração entre o ensino médio e o técnico. No entanto, esses institutos enfrentam desafios significativos relacionados à formação de professores. Ximenes e Melo (2022) abordam a subordinação das políticas educacionais à BNCC, sugerindo caminhos de resistência que valorizem uma formação docente crítica e propositiva. Por outro lado, Pacheco (2015) argumenta que os fundamentos político-pedagógicos dos institutos devem priorizar o pensamento reflexivo e a pesquisa como princípios orientadores. Essa abordagem assegura que o currículo integrado não se limite a uma mera reorganização de conteúdos, mas se configure como um projeto de transformação social, promovendo uma educação que realmente impacte a sociedade.

Na mesma linha de raciocínio, a valorização da educação profissional revela uma crescente inquietação em relação ao redimensionamento dessa modalidade de ensino. Em 2011, com a promulgação da Lei nº 12.513, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foi estabelecida uma articulação significativa na oferta de cursos técnicos subsequentes e integrados, direcionados a estudantes do ensino médio da rede pública, além de permitir a participação de egressos do PROEJA. A partir desse marco, os cursos de educação profissional passaram a ser subsidiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (Brasil, 2011).

Oliveira (2011) analisa como as políticas de educação profissional durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresentaram tanto rupturas quanto continuidades. Embora o Pronatec tenha ampliado o acesso à educação técnica, especialmente no primeiro mandato, observou-se uma ambivalência na direção pedagógica, com uma predominância de programas focados em metas quantitativas. Por outro lado, Caetano (2023) examina o período do governo Bolsonaro (2019–2022), no qual a política de EPT passou a enfatizar diretrizes orientadas pelo mercado, resultando em uma redução dos investimentos em projetos de inovação pedagógica e na fragilização de alguns IFs. Pelissari (2023) destaca que, entre 2016 e 2021, as reformulações do ensino médio impactaram negativamente a formação técnica, ao priorizar itinerários formativos excessivamente curtos, comprometendo a integralidade da formação dos estudantes.

Diretrizes Curriculares e Novos Marcos (2017–2024)

A partir de 2017, a educação no Brasil passou a vivenciar transformações significativas e profundas em seu âmbito. Com a reforma da LDB, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, buscou-se instituir o ensino médio em tempo integral como uma política de incentivo, promovendo o fortalecimento de currículos diversificados que incluíssem a formação técnica (Brasil, 2017). No entanto, a proposta do governo para o ensino médio trouxe como sua principal

característica a (des)estruturação do currículo escolar, resultando na redução da carga horária destinada às disciplinas da formação geral básica. Essa mudança visava uma (des)aproximação entre a educação geral e a educação profissional, promovendo uma (des)integração curricular que culminou na superposição da educação profissional sobre a formação geral básica.

A inclusão da educação profissional técnica de nível médio na BNCC de 2017 suscitou uma série de concepções diversas acerca do currículo integrado. Correia *et al.* (2020) criticam a limitação dos itinerários formativos, que fragmentam os saberes em eixos excessivamente específicos, restringindo a articulação entre ciência, tecnologia e humanidades. Para esses autores, a construção de um currículo verdadeiramente integrado requer o resgate da noção de politecnia, na qual trabalho, cultura e ciência se inter-relacionam como elementos indissociáveis da formação humana. Essa abordagem é fundamental para garantir uma educação que não apenas prepare os alunos para o trabalho, mas que também os capacite a se tornarem cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Em breve, a promulgação da Lei nº 14.645/2023 resultou em uma revisão significativa da LDB, promovendo uma contrarreforma que visa “articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional”. Essa iniciativa também busca consolidar a isenção de renda para o acesso ao benefício de prestação continuada, ampliando, assim, as oportunidades de inclusão social (Brasil, 2023). Tais medidas são parte de um esforço contínuo do governo para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes no ensino médio.

Recentemente, a Lei nº 14.945/2024 estabeleceu diretrizes específicas para o ensino médio, orientando a oferta de cursos que integrem formação geral e profissional. Essa legislação delinea competências e itinerários formativos que devem ser considerados na elaboração dos projetos pedagógicos (Brasil, 2024). Complementarmente, o Parecer CNE/CEB nº 4/2024 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, detalhando eixos de conhecimento, competências gerais e orientações metodológicas que devem ser seguidas nos cursos técnicos oferecidos no âmbito do ensino médio integrado (MEC, 2024).

Essas iniciativas permitem que as instituições de ensino adaptem seus currículos às realidades locais, promovendo a integração curricular e assegurando uma formação integral, politécnica e omnilateral, que atenda às demandas contemporâneas do mundo do trabalho e da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em análise à educação e à educação profissional no Brasil sob uma perspectiva histórica, destacam-se influências sociais, culturais e políticas nas políticas públicas dos séculos XX e XXI (Ribeiro, 1992). Baseia-se no ciclo de políticas e na sociologia das políticas para compreender a institucionalização da EPT, apresentando as políticas como fruto de conflitos entre visões e interesses, além de marcos legais relevantes que integram formação técnica e educação básica (Mainardes, 2006; Bowe, Ball e Gold, 2017).

O final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 são destacados por medidas que clarificam a organização curricular da EPT. Recentes avanços são evidenciados pela implementação de programas que promovem a integração com a educação básica e políticas de inclusão, como o PROEJA. O período de 2011 a 2024 é marcado por um foco em financiamento e reformas, revelando uma trajetória histórica das políticas públicas em educação profissional como um campo de disputas entre distintas concepções de educação, trabalho e desenvolvimento nacional.

Com base no arcabouço teórico do ciclo de políticas e na sociologia das políticas, a implementação da EPT é fundamentalmente dependente de coalizões políticas, recursos institucionais e dinâmicas de poder. A interligação entre formação técnica e educação básica, assim como a promoção de um currículo integrado, está sujeita a decisões políticas que enfrentam diversas resistências, incluindo pressões por metas quantitativas e restrições orçamentárias. As coalizões políticas e as disputas sociais influenciam todas as fases do processo, desde a formulação até a avaliação. Documentos legais e prescrições curriculares moldam as práticas escolares, sendo reinterpretados por educadores em contextos variados.

No âmbito das políticas públicas, marcos legais como a Lei nº 9.394/1996 e o Decreto nº 5.154/2004 desempenham um papel crucial na configuração do setor educacional, evidenciando uma trajetória que, embora amplie o acesso, também revela vulnerabilidades, como a evasão no PROEJA. A crítica à BNCC de 2017 destaca a politização da engenharia curricular, onde a inclusão da educação profissional gerou diferentes concepções sobre o currículo. Historicamente, as políticas de educação profissional têm sido utilizadas como um instrumento de poder para regular o acesso ao mundo do trabalho, evidenciando sua importância em projetos pedagógicos, econômicos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a trajetória histórica e os processos de implementação das propostas de políticas públicas de EPT interligadas ao ensino médio. Para tanto, foi elaborado um mapa descritivo que contextualiza, tanto no tempo quanto no espaço, os marcos legais e os debates teóricos que influenciaram a articulação entre a formação geral básica e a qualificação profissional. Esse objetivo foi alcançado, conforme demonstrado pela análise minuciosa dos dispositivos legais, pareceres e resoluções, além da fundamentação teórica dos autores que contribuíram para a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo.

Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória de integração curricular, que se inicia nas primeiras iniciativas de 1909 e se estende até os recentes marcos das diretrizes curriculares, reflete um contínuo tensionamento entre as demandas econômicas e sociais e a necessidade de formação cidadã. A investigação possibilitou a identificação dos principais marcos legais e das contribuições teóricas que moldaram os processos de integração, evidenciando que, apesar dos avanços, persistem desafios estruturais e metodológicos que dificultam a implementação prática desse modelo de ensino.

Entre as fragilidades identificadas, destaca-se a limitação metodológica decorrente da utilização exclusiva da análise documental, a qual restringe a compreensão aprofundada dos impactos nas dinâmicas pedagógicas e na experiência dos estudantes. Além disso, a escassez de dados empíricos oriundos da realidade de sala de aula e de entrevistas com os atores envolvidos ressalta a necessidade de ampliar o enfoque investigativo, buscando uma compreensão mais abrangente que transcenda os marcos legais estabelecidos.

Em vista das conclusões alcançadas, a agenda futura para a pesquisa propõe a realização de estudos empíricos que envolvam diretamente os estudantes do ensino médio integrado ao ensino técnico-profissional, além da análise dos processos de formação continuada dos docentes. Tais investigações poderão contribuir significativamente para a identificação de práticas pedagógicas eficazes e para o desenvolvimento de estratégias de apoio que promovam a integralidade e a qualidade na implementação das políticas públicas avaliadas.

A trajetória das políticas públicas de EPT, propostas em conjunto ao ensino médio regular, revela um esforço contínuo de construção legal e curricular, visando à conciliação entre a formação geral e a qualificação para o trabalho. Essa evolução se inicia com as Escolas de Aprendizizes Artífices, em 1909, e se estende até as atuais diretrizes curriculares, consolidando a integração curricular como um princípio pedagógico fundamental. Essas transformações refletem

a busca por atender às demandas sociais e econômicas contemporâneas, assegurando ao jovem aprendiz não apenas habilidades técnicas, mas também uma formação cidadã abrangente.

Em suma, a trajetória das políticas públicas voltadas para a educação profissional relacionadas ao ensino médio no Brasil evidencia um contínuo tensionamento entre as exigências do mundo do trabalho, os projetos de formação cidadã e as mudanças de regime político. As contribuições teóricas e empíricas mencionadas demonstram que, além dos dispositivos legais, a efetiva integração curricular requer um investimento estruturante em financiamento, formação de professores e suporte aos estudantes. Esses elementos são cruciais para que o ensino médio integrado à EPT possa realizar seu potencial de formar jovens capacitados para enfrentar de maneira criativa e consciente os desafios do século XXI.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG/IFMT).

REFERÊNCIAS

ALVES, D. L. R.; SILVA, E. A. P. da. O papel das políticas públicas na promoção de uma educação básica de qualidade. *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, v. 6, n. 6, p. 750-767, out. 2017. Disponível em: https://core.ac.uk/display/229304212?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1.

ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M. de. “Educação Profissional no Brasil (1960-2010): Uma história entre avanços e recuos”. *Revista Tópicos Educacionais*, Recife, v.21, n.2, p 190-211, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770871009>.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. *Reforming education and changing schools: Case studies in policy sociology*. Routledge, 2017. 204 p.

BRASIL. [Constituição (1946)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: texto publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 1946, e republicado em 25 de setembro de 1946 e 15 de outubro de 1946. Rio de Janeiro-RJ, 18 de setembro de 1946a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 1967. Rio de Janeiro-RJ, 24 de janeiro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 134/2024. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2024. 486 p. disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/660138/CF88_EC134_livro.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

BRASIL. DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 18 de abril de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 26 de julho de 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 14 jul 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.048/1942*, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Coleção de Leis do Brasil, 1942a. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 9/2/1942b, P. 1997 (Publicação Original). disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 12 jan 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8621-10-janeiro-1946-416555-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 21 de junho de 1978. Cria os Centros Federais de Educação Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jun. 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 dez. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, de 17 jul. 2008a.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cálculo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). *Diário Oficial da União*, 3 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 3 ago. 2023. *Diário Oficial da União* - Seção 1, Brasília, DF, p. 05, de 01/08/2024.

CAETANO, M. R. A Política de Educação Profissional e Tecnológica no Governo Bolsonaro (2019-2022). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 23, p.1-22, e 14424, nov. 2023.

CARMO, A. C. R.; AMORIM, E.de J. M. de; REMEDIOS, S. E. L. dos. O PROEJA como modalidade articulada à EPT: uma análise sobre evasão escolar. *Cadernos de Educação Básica*, v. 5, n. 2, p. 187-206, 2020.

CIAVATTA, M. História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-16 e14776, jun. 2023. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.15628/>.

CORREIA, D. A.; MALDANER, J. J.; CAVALCANTE, R. P.; SOUSA, W. A. de. A educação profissional tecnológica na base nacional comum curricular: concepções e contradições. *Revista Prática Docente*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 563–581, 2020. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n1.p563-581.id618. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/505>.

FREIRE, P. *Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo*. Editora Paz e Terra, 2019

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 419

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & sociedade*. Campinas, v. 27, p. 47-69, abril. 2006. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CEB Nº 4, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 12-14, 7 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos*. Educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Documento Base. Brasília-DF, 2007. 74 p.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 25, n. 2, 2011. DOI: 10.21573/vol25n22009.19491. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19491>.

PACHECO, E. *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora*. / Eliezer Pacheco. – Natal: IFRN, 2015. 67 p.

PELISSARI, L. B. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. *Educação em Revista*, v. 39, p. e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>.

RAMOS, M. Concepção do ensino médio integrado. *Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará*, v. 8, p. 1-26, 2008.

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 12. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992, 183.

VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

XIMENES, P. DE A. S.; MELO, G. F. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 103, n. 265, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5112>.